

A crítica
9/9/97 C-2
207

Riquezas ianomâmis voltam à discussão

Parado há dois anos no Congresso, o projeto que regulamenta a mineração em reservas indígenas sai das gavetas hoje com parecer de relator

João Pinduca Rodrigues

BRASÍLIA (AE) — A polêmica sobre mineração em terras indígenas voltará esta semana à pauta de discussões. Nos últimos anos, aumentou a atividade garimpeira clandestina nas reservas indígenas. Só na área ianomâmi atuam cerca de cinco mil garimpeiros clandestinos. Técnicos do Ministério de Minas e Energia estimam que pelo menos 30% das regiões mais importantes para prospecção mineral se encontram intactas e desconhecidas sob essas reservas.

Para o Governo, a solução está em um projeto que regulamenta a mineração em terreno indígena, parado há dois anos no Congresso.

Hoje, o relator do projeto na Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara, Salomão Cruz (PSDB-RR), deverá entregar seu parecer à proposta. Apresentado pelo senador Romero Jucá em 1995, o projeto recebeu apoio discreto do Governo e foi aprovado no Senado em março do ano passado. Desde então, permaneceu parado na Comissão de Minas e Energia da Câmara, de onde saiu em junho passado. "Até agora ele tramitou devagar, mas a partir desta semana o projeto vai correr", garante Cruz.

Interesse — Há muitos interesses para que o projeto tramite com rapidez. Para setores das Forças Armadas e técnicos do Ministério de Minas e Energia, que apoiam a proposta, ela é a solução ideal para afastar o garimpo ilegal das terras indígenas. As mineradoras nacionais e estrangeiras também vêem mais possibilidades de investimentos. Para os índios, é uma perspectiva concreta de receita. Alguns setores do Governo, porém, creditam a tramitação lenta do projeto ao pouco interesse da Igreja pela idéia. O próprio Ministério de Minas e Energia não se empenhou para apressar a aprovação da proposta.

O esforço do Governo no início da década para retirar os garimpeiros dessas regiões, como explosão de pistas de pouso clandestinas, teve um efeito paliativo. Os garimpeiros voltaram pelo rio, a pé ou refizeram as pistas de pouso. "Eles conhecem a região melhor do que nós", diz o coordenador de Minera-

ção do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Maron. Para vários setores do Governo, portanto, o assunto só será resolvido depois de mecanizar e regulamentar a mineração.

O potencial econômico do subsolo da região amazônica é notável, mas inexplorado. Análises superficiais feitas por técnicos do Ministério de Minas e Energia a partir das condições do terreno mostram que, entre todas as terras indígenas, 75% estão sobre terrenos que podem abrigar importantes jazidas minerais (as chamadas rochas pré-cambrianas) da Amazônia. "Existem indícios de províncias minerais semelhantes a Carajás na região dos surucucus, em Roraima", diz o secretário de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, Giovanni Toniatti.

Setores do Governo querem rapidez para o projeto que pode evitar o garimpo clandestino

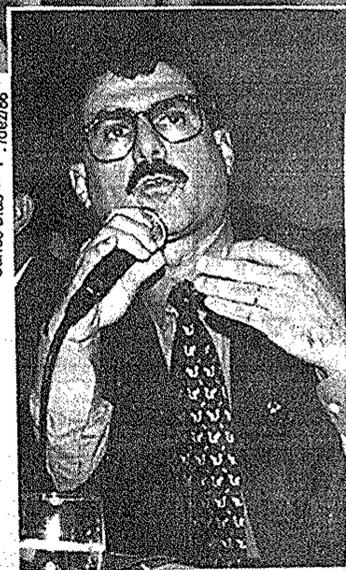
Potencial — Quase a totalidade da reserva ianomâmi encontra-se sobre terrenos com potencial de exploração mineral. Em Roraima, menos de 10% dos terrenos pré-cambrianos estão desimpedidos para mineração. É uma região com grandes reservas de cassiterita, água-marinha e berilo, além de ouro. Outro exemplo são as reservas dos índios men-cragnotti e caiapó, no sul do Pará, que se encontram sobre terrenos potencialmente ricos.

As áreas indígenas podem abrigar jazidas de metais não-ferrosos — como cobre, zinco, estanho, alumínio, manganês, pedras preciosas e ouro, além de minerais estratégicos, como urânio e tório, usados como combustível nuclear. "No momento os índios não estão ganhando nada e podem usufruir de uma fonte muito grande de recursos com o projeto", disse Toniatti.

Por estarem sob reservas indígenas, segundo o Estatuto do Índio, não há possibilidade de pesquisas do subsolo para comprovação do potencial existente. Na história do País nunca foi admitida a mineração nessas terras. Um estudo preliminar feito pela Secretaria de Minas e Metalurgia reconhece que os terrenos despertam um enorme interesse dos geólogos que os "qualificam como prioritários para o desenvolvimento das pesquisas".



Os ianomâmis esperam a regulamentação do projeto de lei, de autoria do senador Romero Jucá (no detalhe)



Carlos Dias — 1" / dez/96